

# PENSAR O INCONCEBÍVEL: exposição crítica da filosofia da religião de Simon Frank

*THINKING THE UNTHINKABLE:  
critical exposition of the philosophy of religion by Simon Frank*

*Hubert Jean-François Cormier<sup>(\*)</sup>*

## RESUMO

O presente artigo pretende mostrar a visão do filósofo russo Simon Frank sobre a maneira como a inteligência humana capta aquilo que para ela é mistério, desconhecido, inconcebível. Veremos, primeiramente, como Frank critica o “saber objetar” considerado por ele a matriz do racionalismo filosófico contemporâneo. Em seguida, abordaremos sua visão do ser que supera o saber “objetar” buscando justificar a douta-ignorância como sendo a única maneira de se estabelecer uma epistemologia coerente para uma filosofia da religião.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inconcebível. Mistério. Razão. Douta-ignorância.

## ABSTRACT

*This paper aims to show the vision of the russian philosopher Simon Frank about how human intelligence captures what for her is mystery, unknown, inconceivable. Firstly we will see how Frank criticizes “objectal know”, considered by him the matrix of contemporary philosophical rationalism. Then, we will discuss their vision of the surpasses “objectal” knowledge seeking to justify the learned-ignorance as the only way to establish a framework for an philosophy of religion epistemology.*

**KEYWORDS:** *Unthinkable. Mystery. Reason. Learned. Ignorance.*

## CRÍTICA DO “SABER OBJETAL”

Simon Frank (1877-1950) foi um filósofo russo pertencente à “geração de prata,” geração esta que sucedeu à de Soloviev, cognominada de “geração de ouro” da filosofia russa. Ele estava no barco dos intelectuais expulsos da Rús-

---

<sup>(\*)</sup> Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Possui graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1995) e mestrado em Filosofia pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professor adjunto em filosofia da religião na UNB. Trabalha com os seguintes temas filosóficos: Estética, Ética, Imaginário e Filosofia da Religião. E-mail: [hubertjean2008@yahoo.com.br](mailto:hubertjean2008@yahoo.com.br)

sia soviética por Lênin em 1922, em mais um ato do totalitarismo comunista que instaurara uma polícia política marxista, germe da futura KGB, que não permitia a um intelectual cristão expressar-se em um país socialista.

Nascido em uma abastada família judia, cedo manifestou sua vocação filosófica. O percurso intelectual de Frank é similar ao de muitos de seus contemporâneos passando sucessivamente pelo marxismo, esoterismos dos mais diversos tipos, idealismo alemão, para, enfim, desaguar sua sede intelectual e espiritual no seio da Igreja Ortodoxa russa. Sua obra é pouco conhecida, tendo sido pouco lida e comentada, quase um século após o início de sua atividade filosófica constatamos poucos artigos sobre esse profundo filósofo, na França temos magras referências, na verdade uma recensão sobre a tradução de um de seus livros aparecido em 1937 de autoria de Borne e a apresentação da segunda edição francesa de “o inconcebível” por Causat.

O projeto intelectual de Frank, em sua fase madura, incluía a tentativa de reparar a rota traçada pela filosofia europeia do século XVIII em diante. Frank almejava fazer com que seus contemporâneos vissem que a maneira filosófica de se conceber o mundo em particular, e o ente em geral, estava ancorada em um cientificismo positivista que era insustentável do ponto de vista da própria ciência de seu tempo, e levava a filosofia a verdadeiros becos sem saída.

Em seu acurado diagnóstico da filosofia saída do iluminismo, Frank vê que a base de todo desvio de rota se deu na tentativa do saber moderno em erigir um conhecimento que fosse ao mesmo tempo exaustivo e rigoroso dos objetos do mundo que nos rodeia. O saber filosófico se reduziria, assim, a um saber “objetal” que nada mais seria do que um saber conceitual e abstrato, prático e repetitivo das coisas que compõem o mundo. Nesta perspectiva cognoscitiva o novo é sempre remetido a uma ordem já familiar. Dessa forma, conhecer passa a ser nada mais do que reconhecer.

A dupla esperança na qual se ancora este tipo de conhecimento são as de que: primeiro, esperamos que o mundo venha até nós e, secundariamente, esperamos conhecer para melhorar nossa vida. Eis as esperanças do conhecimento “objetal”.

O saber “objetal” teria afetado inclusive a metafísica tradicional, disciplina filosófica que estaria vinculada, por natureza, a uma especulação “não-objetal” do mundo, já que destinada a contemplar os princípios primeiros da realidade, princípios estes que não podem ser reduzidos a objetos sólidos nem a conceitos objetivos. A metafísica tradicional, na visão de Frank, realmente

transformou-se em uma dogmática filosófica com pretensões desmesuradas e irrealizáveis de conhecer o ser do mundo, do homem e inclusive de Deus de maneira “clara e distinta.” Como então discordar da crítica kantiana de toda a metafísica passada? Não estaria esta disciplina também contaminada pela pretensão de se obter uma orientação cognoscitiva visando exaurir o mundo real efetivo, conhecendo o ser do mundo, do homem e de Deus para traduzi-los em um conhecimento conceitual e objetivo e expressá-los de uma maneira discursiva? Não teria a metafísica moderna esquecido que o saber metafísico é um saber desinteressado, não objetivável e não redutível a conceitos, como, aliás, já o defendia Aristóteles. Desse modo, o que teríamos no mundo filosófico moderno seria um saber “objetal” próprio da perspectiva científica, e que, também, teria englobado todo o saber filosófico. Ou seja, mesmo na perspectiva da metafísica tradicional ou “dogmática”, pressupor-se-ia um entendimento secularizado do mundo, capaz unicamente de conhecer coisas e expressá-las de maneira conceitual.

Nas atitudes cognoscitivas tanto da ciência quanto da metafísica dogmática o que estaria subjacente é o desejo de encontrar elementos reais capazes de serem traduzidos conceitualmente para que sejam compreensíveis por si mesmos, concebíveis por qualquer mente e familiares ao saber já obtido anteriormente. O conhecimento obtido de maneira analítica seria assim repetível, estático e imóvel. O saber conceitual ou “objetal” é determinativo, congelando o ser do objeto em sua fotografia conceitual. O “saber objetal” é cartesiano, visa à clareza e distinção, em sua visão do ente, este é provido de unidade de conteúdos suscetíveis de serem apreendidos por uma mente e passíveis de compreensão lógica, mas seus conteúdos objetivos são desprovidos de sentido interno.

Analisemos um pouco mais detidamente o que Frank entende por “conhecimento objetal” ou “saber objetal”. Para ele, todo “saber objetal” exprime-se sob a forma de um julgamento. Este julgamento tem a pretensão de ser a tradução mental de um aspecto determinado da realidade conhecida. O julgamento seria aquilo que se exprime no tradicional adágio latino: *adequatio intellectus et rei*. Assim, um objeto qualquer A destaca-se de um pano de fundo X tornando-se conhecido por uma inteligência conceitadora. Esta inteligência captaria o elemento A traduzindo-o em um conceito concebível, estático e imóvel. Mas o que o “saber objetal” se esquece é de que todo julgamento “A é B” é precedido pela questão: o que é A? O “saber objetal” não só coloca X, o

pano de fundo de onde A foi retirado, entre parênteses, obliterando-o, como se A tivesse surgido por geração espontânea, ou se A estivesse desvinculado de um todo que o origina e o articula, como também retira a totalidade interna do próprio elemento A para conhece-lo melhor de maneira “objetal”. Para Frank, o julgamento próprio de todo conhecimento objetal “A é B”, deve ser precedido pelo julgamento originário “A não é X”, que tem por consequência a seguinte pergunta: o que é X? Questão primordial e definidora de todo o conhecimento possível, inclusive em sua forma “objetal”.

O problema do “saber objetal”, segundo Frank, se encontraria no fato de que o ser “objetal” de A ser visto como aquilo que é efetivamente, ou seja, um ente unívoco e consistente desvinculado de outros entes efetivos, unívocos e consistentes e de toda totalidade que a sustente. Em outras palavras, o problema estaria no fato de que o “saber objetal” vê em todo ente um ser que univocamente abarca seus conteúdos, mas que jamais poderia ser a simples resultante deles. No próprio ente isolado A não podemos vê-lo como a somatória de suas propriedades  $A_1 + A_2 + A_3 + A_n \dots$  já que a totalidade A precede seus conteúdos analíticos. Da mesma forma, a totalidade do pano de fundo do qual A emerge, no caso X, precede aos elementos por nós destacados analiticamente.

Na visão de Frank, o fundamento de tudo aquilo que é conhecido é X, que por si mesmo não é manifestado, sendo X um inconcebível para nós, ainda que não seja um inconcebível por natureza é o que ele literalmente diz: “a orientação em direção ao desconhecido é a condição de possibilidade de todo conhecimento.” (Frank. 2007. p. 60.) Assim, o conhecimento claro e distinto pressupõe algo de obscuro. Tudo aquilo que nos é dado, o é no fundo daquilo que não o é. O insuspeito é o inconcebível provisório, pois se levado em consideração pela inteligência conceituadora pode se traduzir em algo conceituável. Temos aqui dois planos distintos do inconcebível: o inconcebível porque insuspeito e o inconcebível por natureza. No primeiro modo o inconcebível é um desconhecido, é uma multiplicidade articulada de conteúdos possíveis, não podendo ser colocado sob o modo cognitivo pelo fato de permanecer insuspeito para a inteligência conceitual, trata-se aqui do pano de fundo X colocado entre parêntese quando dele arrancamos o elemento A que queremos conceber. Este inconcebível insuspeito não pode ser a somatória de determinações dos elementos A, B, C... que o compõem. O conjunto X é inconcebível por uma inteligência analítica, mas concebível por uma intuição intelectual. Mas existe igualmente um inconcebível por natureza do qual trataremos adiante.

Mas, voltemos ao inconcebível porque insuspeito. O pano de fundo X não seria problema para o “saber objetal” se a nossa consciência se contentasse com a possibilidade do conhecimento analítico do mundo, mas para Frank existe uma tendência da consciência humana a uma abertura a novos limites. O fechamento da consciência em si mesma seria a base para o delírio, pois delirar é colocar-se no centro do mundo. Levar X em consideração é tentar “ver a realidade na perspectiva que lhe é própria” (FRANK, 2007, p. 64.). Ultrapassando-se, assim, o “saber objetal”.

Poderíamos equacionar o “saber objetal” como sendo o saber conceitual sobre o ser efetivo e real. Mas para Frank a realidade é de outra ordem do que aquela expressada pelo conteúdo lógico assinalado pelos conceitos. A realidade não pode ser reduzida à imagem reproduzida do mundo, mas é viva e pulsante. O ente, em sua visão, é aquilo que suporta os conteúdos e podemos chamá-lo, juntamente com a tradição, de “plenitude, unidade interna primordial, riqueza concreta, densidade massiva, intensidade vivente.” (Frank. 2007. p. 87). Desse modo, o próprio ser do ente é muito mais do que aquilo que pode ser expresso pelo “saber objetal”.

## STIRB UND WERDE

Morra e viverás! Eis o lema da inteligência especulativa segundo Frank. Em outras palavras, se a inteligência conceitual morrer, isso não significa que a ignorância se instalará como modo de conhecimento humano, mas que outro tipo de conhecimento intelectual se tornará possível.

O pensamento de Frank vai se constituindo na seguinte direção: o fundamento de tudo aquilo que é conhecido é X, que por si mesmo não é manifestado e, portanto, não pode ser conhecido. Quando levamos em consideração o inconcebível uma nova perspectiva se abre para nossa inteligência.

A primeira repercussão da percepção do inconcebível pela inteligência conceitual é a de que tal realidade, o inconcebível em si, é capaz de provocar terror e felicidade àquele que o percebe. Daí o inconcebível por si mesmo, e não o inconcebível por insuspeição, estar muito próximo de uma experiência religiosa autêntica, experiência interior que modifica nossa apreensão dos objetos. A maneira de percebermos o inconcebível traz a filosofia da religião para o centro do debate epistemológico, pois aqui se trata de um conhecimento no qual as categorias se revelaram falíveis, sequer podendo nos oferecer contornos precisos da realidade em questão.

O objetivo de Frank é o de mostrar que, no final das contas, se ultrapassarmos os pressupostos racionalistas e positivistas tão caros à ciência e filosofias derivadas do iluminismo veremos uma coincidência insuspeita: a existente entre a filosofia não racionalista com a mística especulativa. O inconcebível sendo real, não pode ser tratado como um real efetivo, delimitado, determinado. Aliás, o inconcebível por si mesmo, só o é para uma razão que opera por conceitos, não para outro que opera misticamente. A razão vê o inconcebível como misterioso, transracional e irracional revelando que a natureza do ser é metalógica.

### A NATUREZA METALÓGICA DO SER

O “saber objetar”, que como vimos é abstrato, busca sempre um princípio fundacional que lhe dê unidade sistemática e um princípio de determinação que seja responsável pelas distinções percebidas em um mesmo ente e na comparação dos entes entre si. Até esta constatação, nenhuma novidade. É-nos suficiente lembrar aqui da crítica kantiana da metafísica por ele mesmo denominada de “dogmática”, ou seja, incapaz de justificar racionalmente o seu conhecimento dos entes seja em sua dimensão numênica ou fenomênica e, a posterior crítica heideggeriana, mostrando que a busca pelo fundamento último da realidade está destinada ao fracasso, ao menos enquanto perdurar a entificação do ser como feita pelo pensamento ocidental depois de Platão. A novidade aportada por Frank encontra-se no fato dele ter verificado que esses dois princípios pressupõem a metalogicidade do ser.

A aparente contradição do “saber objetar” é a de que ele busca isolar entes de seu contexto, singularizando-os. Vimos que este tipo de saber retira um elemento A de seu pano de fundo X para determinar conceitualmente esse mesmo elemento A. Ora, não existe conhecimento conceitual possível de uma realidade singular e, quando descolamos um elemento de seu pano de fundo o que na realidade fazemos é tentar apreender melhor o conteúdo analítico desse mesmo elemento, mas é exatamente quando o “saber objetar” canta as clarezas e distinções obtidas pelo processo analítico é que a referida aporia mais se evidencia.

Vejamus com mais vagar onde se verifica essa aporia: de um lado dizemos que só existe conhecimento de entes singulares, mas o que esquecemos quando afirmamos isso é que “no conteúdo concreto da realidade, a pluralida-

de não existe” (Frank. 2007. p. 104.). Em outras palavras, se temos um saber que singulariza um elemento, como poderíamos, no passo seguinte, generalizar o saber sobre esse elemento, mesmo que seja para a classe de objetos à qual ele pertence ou à espécie ou gênero do qual faz parte? Segundo Frank, o que o sujeito cognoscente em seu modo objetal faz, ainda que inconscientemente, é perceber de maneira intuitiva a totalidade à qual o elemento A, arbitrariamente singularizado, está inserido, ou então a totalidade da “idéia” que rege intrinsecamente todo fenômeno a ele aparentado. Assim, mesmo em seu modo objetal, o que temos é uma intuição intelectual subjacente, ainda que nunca admitida explicitamente, mas que torna possível o conhecimento conceitual nele inserido.

Se tudo o que existe é singular, como requer o pensamento objetal moderno, nominalista por excelência, para sermos coerentes com esta afirmação, deveríamos completá-la também dizendo que todo singular é unicidade não repetível e, por isso mesmo, incognoscível conceitualmente. Toda realidade singular é irreduzível ao conceito, mas não a todo tipo de conhecimento. O que Frank quer dizer é que para se sustentar que o ser seja lógico, devemos pressupor que ele se sustente em algo que seja metalógico e, que, por fim, a realidade última não é regida pelo princípio da identidade ou pelo princípio de determinação próprios do pensamento conceitual, que tenta determinar um ente fundando-o em princípios abstratos e apreendê-lo captando suas determinações internas, mas em algo de inconcebível por natureza.

Para Frank, o inconcebível é inconciliável com a gênese. B não vem de A, mas de AX, pois: “todo ente é aquilo que ele ainda não é” (Frank. 2007. p. 118.). Aqui, percebemos tanto uma crítica ao “saber objetal” quanto à metafísica dogmática, pois em ambas se supõe que B está determinado em A, o que nem sempre se verifica. Para Frank, quem admite a existência do inconcebível percebe que B está em A, mas de maneira indeterminada, pois o ser, nesta perspectiva, torna-se potência criativa daquilo que se efetiva, e aquilo que se efetiva nem sempre é aquilo que foi calculado, determinado, descrito ou esperado. Teríamos que acrescentar à concepção clássica do ser outro dado, a existência de uma liberdade primordial. Em outros termos, a gênese, ou fundação, tão procurada pelo “saber objetal” não é nem algo de determinado como quer o saber conceitual, nem algo de não fundamentado como o quer Heidegger, mas liberdade primordial. A gênese do “saber objetal” é determinista, a que Frank propõe é composta de uma receptividade do ser acrescida do ambiente, do

pano de fundo, no qual ela se dá, ou seja, toda gênese pressupõe uma disposição interior transmutatória e não determinista.

A gênese ou substrato do ser é desprovido de conteúdo determinado e formatável por via conceitual. É um nada que é, que existe em sua incompreensível e inconcebível realidade. É alguma coisa, mas indeterminada qualitativamente e só o conhecemos através do *Logismos Nothos* (que poderíamos, livremente, traduzir por: conhecimento ilegítimo, ou conhecimento bastardo) de que fala Platão no *Timeu* (Platão. *Timeu*. 52 B.). O substrato do ser encontra-se na unidade primordial indivisível, por isso não pode ser definido, determinado. O transdefinido, pois é disso que se trata, pode ser tocado ou interpretado, mas nunca possuído.

Vejam os elementos que temos da crítica feita por Frank do saber conceitual. Primeiramente, sabemos que todo julgamento conceitual, em sentido lógico, é sintético. Depois, acrescente-se a isso o fato de que inexistente a fundação do conhecimento derivado dos conceitos. E, por último, que todo saber não se faz pela somatória dos conteúdos A + B + C..., mas por compreensão de complexo ABC que distribuimos graças a um resultado de análise de certo quadro global do ser. Ora, essa mesma unidade de conjunto densa ABC, indivisível em sua apreensão intuitiva, é metalógica. Ou seja, se todo elemento está ligado a um todo que lhe dá sentido, o conhecimento desse todo é posse por antecipação, ou predeterminação, tratando-se de uma visão intuitiva, ou metalógica do ser, o que o “saber conceitual” não quer, nem pode admitir.

Dessa forma, vemos que o inconcebível é totalidade orgânica, posto que não é resultado de simples somatória. É, também, infinito, posto que inexaurível extensiva ou intensivamente. O inconcebível não pode ser discernido, ao menos em uma mente que tente transformá-lo em conceito, mas apenas vivenciado. Nessa visão, o fundamento de todo conhecimento lógico é metalógico, irreduzível conceitualmente, mas passível de experiência religiosa.

Se a metalogicidade não é exprimível por conceitos, o é por semelhança. O que enunciamos é aquilo que visamos e é a ela que relacionamos a intuição enunciativa. O saber inconcebível é da mesma ordem do saber intuitivo de Goethe: *das stille bessere wissen* (o tranquilo conhecimento melhor). O inconcebível é metalógico, pois é “inconcebível em si, um mistério manifesto, por assim dizer, luminosamente oferecido, visível, e que não cessará de ser mistério pelo fato de estar diante de nós abertamente e que se dê a ver intuitivamente”

(Frank. 2007. p. 97). A realidade é, no fundo, misteriosa e unitotal. O real efetivado não é a totalidade do ser real como pressupõe o “saber objetar”. Pelo contrário, o real efetivo não tem contorno objetivo, pois “a realidade enquanto tal coincide com o inconcebível” (Frank. 2007. p. 155.). O ser como conjunto total é transfinito, transcendendo toda forma definida, isso em sua amplitude externa (extensão) e em sua profundidade interna (intensão). “Em cada ponto do ser revela-se o abismo incomensurável e indeterminado do transfinito” (Frank. 2007. p. 111.).

Se o singular é o único existente, não podemos esquecer outra dimensão da aporia do “saber objetar”, a de que o ente isolado arbitrariamente o é em um duplo sentido: o “saber objetar” isola A de seu contexto e o isola de sua existência só o compreendendo em um dado momento do tempo, não ao longo de toda a sua trajetória. O “saber objetar” só conhece em um “eterno presente”, ele confunde a noção de estar presente com a de “real efetivo”, mas o que ele não percebe é que tomar consciência de um presente é já tomar consciência de um passado passível de conceptualização. O real efetivo é na verdade um segmento indeterminado em sua extensão e limitador da realidade e é somente parcialmente conhecível por nós. O ser real em sua totalidade é aquilo que Nicolau de Cusa chamou de *possess*, ou *posse ipsum*, que engloba, em um mesmo movimento, ou anteriormente a todo movimento, o ato e a potência. Nada, a não ser a uni-totalidade englobante do *possess* pode ser autossuficiente.

Assim, para pensarmos o ser no modo objetar, temos que, correlativamente, pensá-lo de maneira metalógica, pois: “na medida em que pensamos o ser no modo objetar ele, fatalmente, se cinde a nossos olhos, em uma realidade sujeita ao tempo, feita de coisas e de processos concretos, e em um domínio da existência extra-temporal, próprio ao ser ideal” (Frank. 2007. p. 150.).

A realidade omnienglobante do *possess* contém o ser como uma de suas funções ao lado da autorevelação e doação de si mesmo. “A realidade é imediata” (Frank. 2007. p. 161.). Ela é imediata pelo fato de que nela coincidem o ser e a verdade. Verdade que pode estar na consciência juntamente com sua apreensão da vida. A realidade concreta jamais é abstrata.

Mas, se não podemos conhecer o inconcebível conceitualmente, isso não significa que não o possamos conhecê-lo de outra forma, podemos sim, através de uma douta ignorância. É o que analisaremos no tópico a seguir.

## PARA NÃO CONCLUIR: “A DOUTA IGNORÂNCIA”

Para Frank, se o “saber objetal” revela desde logo seus limites intrínsecos, a inteligência humana não pode desfalecer, deve continuar seu caminho rumo à inteligibilidade do ser de outra forma. Mas, como seria esta outra forma? Quais suas vias? Frank responde dizendo que o conhecimento abstrato é obtido por meio de disjunções e negações, aprendemos determinando: A é não-A. Tal coisa é não-outra, ou seja, todo conhecimento baseia-se em um princípio de identidade e em seu correlativo, o princípio de não-alteridade.

O domínio do ou...ou é a natureza intrínseca do conceito. A negação obtida através da aplicação do princípio de identidade é disjuntiva. A disjunção ou...ou manifesta o caráter relacional de tudo aquilo que em uma ordem é conflitivo e desarmonioso: “toda ordem é harmonia de conflitos” (Frank, 2007, p. 179.). O ou...ou da racionalidade abstrata e determinadora mostra as condições de possibilidade de toda objetivação. Mostrando essa possibilidade, mostra também seus limites. Se um douto conhecimento se revela inapropriado para nos fazer conhecer o ser em sua plenitude, por que não apelarmos para uma douta ignorância para vermos se não teremos por outras vias aquilo que nos foi negado pelo conceito?

Se o “saber objetal” ou “douto conhecimento” se dá por meio de negações disjuntivas, a “douta ignorância” dar-se-á por meio da negação da negação, ou seja, por uma negação a uma potência superior. Sabemos por essa via que o inconcebível é inegável, já que negar a negação leva-nos a uma afirmação. O inconcebível é também não-si-mesmo, pois nada nele é baseado no princípio de identidade e de não-alteridade. Pelo contrário, o inconcebível é o não-outro por excelência. Ele é não-outro por natureza antes de sua manifestação e é não-outro dos seres multitudinários que aparecem na manifestação. O inconcebível poderia ser “compreendido” como o X que se recusa a não estar junto de A, B ou C, não sendo nem A, B ou C é não-outro em relação a cada um deles.

Recapitulando, podemos dizer que no “douto conhecimento” existe uma negação que apenas confirma a positividade de um conteúdo: é a negação constitutiva da determinação de uma identidade, por exemplo, quando dizemos: “esta mesa é de madeira” estamos negando que ela seja de plástico, de ferro ou mármore, e que seja cadeira, armário ou estante. Já a “douta ignorância” advoga que tal objeto só é si-mesma se adjuvada ao não-outro: A + X. Desse modo, pela “douta ignorância”, negamos a um só tempo as determinações do

“saber objetal” e negamos também a negação do inconcebível. O inconcebível se torna patente, inegável. Um e outro separados e determinados em suas singularidades nos oferecem um conhecimento disjuntivo. Um e não-outro conciliados metalogicamente nos proporcionam o conhecimento injuntivo. Ou...ou e um e não-outro são correlativos daquilo que é o inconcebível por natureza.

Podemos dizer que o inconcebível, através da “douta ignorância”, é indeterminadamente determinado por sua indeterminação, posto que seja omnienglobante e infinito. O inconcebível é o deserto silencioso da junção de todos os sons. Mas, para atingirmos esse deserto silenciosamente sonoro, absolutamente simples que nada é, passamos pela multiplicidade, e pela unidade da multiplicidade.

Existem, portanto três tipos de conhecimento, regidos por três princípios diferentes:

Saber pela “Douta Ignorância”, regido pelo princípio de nadificação;

Saber pelo Insuspeito, mas que pode ser concebido, regido pelo princípio de plenificação;

“Saber Objetal”, regido pelo princípio de disjunção.

No nível do “saber objetal”, a negação tem seu papel positivo, pois nesse nível de conhecimento a negação está destinada a preservar a função de ligação do diferente, fonte de riqueza de toda multiplicidade. A determinação negativa assegura um lugar ao ente na realidade espacial. A relação negativa é constitutiva do ser objetal como realidade efetiva.

No segundo nível, o do “saber insuspeito”, a disjunção é elevada a um universal omnienglobante, mas não inconcebível para a inteligência conceitual. É o estado que corresponde à natureza intrínseca da realidade objetal.

A “douta ignorância” é a única resposta satisfatória às críticas de Kant, pois ela mostra a insuficiência interna do criticismo entendido como “subjetivismo”, pois a esfera do sujeito é concebida como estando fora da realidade, algo impossível de acontecer. Kant pensa que a razão pura está desconectada do real, quando ela nada mais é que um objeto dentro da realidade. Ora, o sujeito como potência de conhecimento é portador de uma potencialidade real, nas palavras de Frank: “os princípios da objetualidade não vêm da subjetividade, mas da realidade” (FRANK, 2007, p. 182.). Ou mais adiante: “a forma objetal do ser é criada pela própria realidade na qual ela se encontra enraizada” (FRANK, 2007, p. 183.). Assim, se todo objeto é objeto inserido em uma rea-

lidade e se todo pensamento é pensamento inserido em uma realidade, toda filosofia é, no fundo, uma ontologia, mas não uma ontologia qualquer, uma ontologia que só pode ser conhecida por uma filosofia da religião autêntica, pois que a ontologia em suas raízes sem raízes só pode ser compreendida por uma vivência religiosa.

Somente uma: “possessão casta e íntegra” (FRANK, 2007, p. 187) da realidade pode nos dar o conhecimento do inconcebível. Este inconcebível por natureza é, antes de tudo, dom, não julgamento, é visão intuitiva e não mero conceito. Com Goethe Frank pode responder a Kant: “não existe nada atrás do fenômeno”. E, não existe nada atrás do fenômeno, não porque exaurimos a realidade por uma determinação analítica, pois atrás de todo fenômeno não se encontra um indecifrável e inacessível *noumenon*, mas o não-outro, o inconcebível por si mesmo.

## REFERÊNCIAS

- BORNE, Étienne. *Recession : la connaissance et l'être*. Revue Thomiste. 1937/3.
- CAUSSAT, Pierre. *Présentation. L'inconcevable*. Éditions du Cerf/Ad Solem. Paris. 2007.
- FRANK, Simon. *L'inconcevable. Introduction ontologique à la philosophie de la religion*. Éditions du Cerf/Ad Solem. Paris. 2007.
- PLATÃO. *Timen*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

*Recebido em 30/10/2011*  
*Aprovado em 12/01/2012*